

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E TURISMO DE MINAS GERAIS

1ª REUNIÃO GRUPO DE TRABALHO DO LAGO DE FURNAS

ATA NÚMERO 01 DA
REUNIÃO DO GRUPO
DE TRABALHO DO
LAGO DE FURNAS

Pauta: Palavra do secretário

Apresentação da PEC 52 pelo Deputado Prof. Cleiton

Apresentação da proposta Instituto Mundi – Liliane

Apresentação do caso de Atenas – Prof. Akis (Apresentação ficou para a 2ª reunião)

Presenças:, Leônidas Oliveira Secretário de Cultura e Turismo SECULT MG , Marina Simião Subsecretária de Turismo SECULT MG; Cintia Freire - assessoria da subturismo; Ludmila Alves de Brito - SUPRAM Sul/SEMAD; Flávia Ribeiro- Superintendente de Políticas do Turismo; Franciele Xavier - Assessoria de Comunicação Secult; Comandante Bambace; Delegacia Fluvial de Furnas; Marcelo Ladeira - Superintendente de Política Minerária, Energética e Logística - SEDE/MG, Liliane Ferreira Santos – Instituto Mundi, Henrique da AMEG, Professor Cleiton - Deputado Estadual, membro da Comissão de Turismo e Gastronomia da ALMG; IEPHA, Michelle Arroyo Teresa Lemos - Gestora IGR Montanhas Cafeeiras de Minas, Jeane Dantas de Carvalho - Instituto Mineiro de Gestão das Águas –Igam, Luciane Andrade ; Comandante Nicácio - Capitania Fluvial de Minas Gerais, Clarissa Valadares –Mtur, Henrique Rodarte Fernandes Silva - Secretário Executivo da AMEG, Samir Moysés - Subsecretário de Articulação Institucional (Segov); Fausto Costa – ALAGO, Fernanda Cunha - representante do Grutas e Mar de Minas, Vinícius Amantéa Campos, Consultor do Circuito Lago de Furnas; Larissa Magnavita: assessora de Comunicação do Deputado Professor Cleiton; Ana Paula Pinto assessora do Deputado Cássio Soares; Thayse - Lago de Furnas; Nascentes da gerais e canastra: José Eduardo, Luiz Adriano Souza Machado; Maria Elisa, Pró-Furnas762; Fernanda Cunha, representante do Grutas e Mar de Minas; Nilton César –Priminho - Grupo Todos Por Furnas e Peixoto

Aos 17 dias do mês de dezembro de 2020, às 10 horas, via Google Meet, por meio do link <https://meet.google.com/qwy-qgsu-agi>, realizou-se a 1ª reunião do Grupo de Trabalho de Furnas que teve como pauta o Alinhamento sobre o Grupo de Trabalho de Furnas, com a presença das entidade públicas e privadas, e sob a presidência do Secretário de Estado de Cultura e Turismo, Sr. Leônidas Oliveira e condução da subsecretária de Turismo Marina Pacheco Simião. Abertura: O Secretário inicia agradecendo a todos os presentes e interrompe o momento das apresentações por problemas técnicos em seu equipamento, deixando este momento para reconhecimento dos participantes na próxima reunião. Pontua sobre a importância do diálogo para que juntos possamos continuar os trabalhos que vem sendo desenvolvidos pelos movimentos sociais de luta pelo Lago de Furnas e Peixoto, Governo de Minas e ALEMG. Comenta que é preciso conhecer outras experiências e cuidar do Lago e dos empreendimentos no entorno, mencionado o exemplo de Atenas que será apresentado a posteriori pelo professor Aki devido à semelhança com o Lago de Furnas. O secretário pontua que desde sua entrada na SECULT, o Lago de Furnas é meta, e a atenção à ele foi pessoalmente recomendado pelo governador Romeu Zema. Ainda colocou seu carinho e cuidado pelo Lago devido a sua história pessoal de vida. Agradeceu a participação de grupos Todos por Furnas e Peixoto que estiveram em reunião com o governador que foi uma

manifestação de cuidado e parceria com o poder público na luta pela proteção do Lago de Furnas e Peixoto agora como patrimônio da paisagem Cultural de Minas Gerais a partir da PEC. Pontuou que esteve em conversa com o IEPHA para que possamos a partir da PEC, que os gestores possam entender a emenda e elaborar um dossiê de proteção da paisagem para que a área seja delimitada e pensar nos contornos do que queremos proteger para agregar à proteção que foi feita na constituição do Estado. Tivemos notícias de que vai passar para os Estados a questão da pesca, outra potência de desenvolvimento dessa região que gerará riqueza e renda. Dizer a todos que precisamos conhecer agora outras propostas e conhecer a proposta da Secult para a gestão do Lago a subsecretária Marina que conhece profundamente as questões políticas do Estado e do Brasil, profissional de ponta que temos a graça de ter como subsecretária de turismo do Estado. Ressaltou que o Lago de Furnas e Peixoto vai se transformar em um lugar cada dia mais desenvolvido muito mais pela força do grupo que pela atuação do poder público, mas juntos podemos fazer muito. Agradeceu a todos e encerrou dizendo que em janeiro teremos uma campanha publicitária sobre os destinos turísticos de Minas Gerais e o Lago de Furnas e Peixoto está dentro do escopo, temos um trabalho grande de convencer os mineiros a conhecer o nosso Lago. Temos o Minas pra Minas também para atrair as pessoas do estado para conhecer o Lago de Furnas e fortalecer o nosso desenvolvimento pela manutenção da cota 762. Importante nesse processo é pensarmos e refletirmos sobre o desenvolvimento sustentável das margens do Lago. Menciona que foi indagado sobre a questão das balsas e que é importante que tenhamos um diagnóstico o mais rápido do Lago de Furnas para que possamos atuar de forma mais assertiva. Para finalizar, o secretário agradeceu o momento e deixou com a Marina a apresentação.

A subsecretária Marina inicia dizendo que hoje é a primeira reunião e pontua que é uma pauta curta onde serão traçadas as diretrizes para as próximas reuniões ao longo do ano de 2021. A idéia é de alguns ajustes mais burocráticos e falar da pauta do dia e abrir para dúvidas e considerações. Apresenta o GT, passa a palavra para o Deputado professor Cleiton abordar a questão da Pec e próximos passos, depois apresentação do esboço que o Instituto Mundi está fazendo sobre o plano inicial para Lago de Furnas, após passa a palavra para o professor Akis, professor de Atenas especialista em Paisagem Cultural e fechamos com as orientações para o próximos passos.

O Grupo foi criado por resolução e foram feitos alguns ajustes por isso as revisões foram republicadas depois. O desafio deste Grupo de Trabalho é promover estudos referentes ao lago de forma a entender como isso nasceu, Foi um pleito de algumas entidades e atores da região pediram uma atuação mais forte do governo estadual junto ao legislativo e a sugestão dada pelo secretário foi criar este Grupo de Trabalho envolvendo as diferentes entidades tanto do poder público quanto da iniciativa privada e fizemos as resoluções e encaminhamos os pedidos. A subsecretária reforça que algumas entidades ainda não encaminharam a indicação de membros titulares e suplentes para composição do grupo e solicita que atendam o pedido para dar andamento aos trabalhos. A base e o pleito que se tem visto é sobre o uso múltiplo das águas e a manutenção das cotas mínimas dos dois lagos. A idéia é que consigamos trabalhar conjuntamente pensando essa proposta e a partir do desenvolvimento dos trabalhos das orientações e da forma como o grupo entender, podemos também trabalhar outras questões, a exemplo do comentário do secretário sobre as balsas. Muito bom o comandante Bambace e o comandante Nicácio estarem aqui porque a atividade de turismo náutico é regido pela marinha em Furnas, a Clarissa do MTUR está participando conosco e tem uma ação do ministério voltada para o turismo náutico, então é importante termos esse alinhamento juntos, a partir desse momento juntar esses esforços para que consigamos pensar essas propostas para além do plano mas algumas iniciativas que possa parecer pontuais mas que farão a diferença para o grupo. Apresenta a composição do grupo pelo poder público que são a Secretaria de meio ambiente, a Secult, Secretaria de desenvolvimento econômico, Instituto mineiro de águas, o Iepha representado pela presidente Michelle, secretaria de Governo com o Samir, ALMG com professor Cleito, o assessor do deputado Cássio; as entidades do governo

federal, agradeço a participação do professor Marcelo de Alfenas, dos outros ministérios e Furnas, reforça o pedido àqueles que ainda não indicaram seus respectivos representantes. Da sociedade civil as Instâncias de Governança que atuam na região, ALAGO, representantes dos movimentos Pró Furnas, Pró Peixoto e Todos por Furnas. A coordenação do grupo se dá pela SECULT e na sua ausência pela SEMAD. A ideia é que as entidades de governo estejam bem articuladas e agradece a participação da Ludimila na parceria. Pontua a abertura do grupo para uma conversa e indicar possíveis instituições que possam contribuir com a proposta. O grupo tem o prazo de 180 dias para vencer o desafio de elaborar uma orientação de plano de trabalho para Furnas. A sugestão é que a reunião seja uma vez por mês, na terceira quarta-feira do mês não impedindo outros debates e reuniões extraordinárias para qualquer pauta e deixa o conato da subturismo para qualquer encaminhamento que se faça necessário. 24 min

Prof. Marcelo de Alfenas pede a palavra parabeniza pela criação do grupo e solicita esclarecer como e quais estudos devem ser integrados e sugere gravar a reunião e disponibilizar no youtube. Por fim, pontua sobre qual o objetivo do plano de ações. A subsecretária Marina esclarece que a proposta é uma construção conjunta e que assim que todas as indicações forem feitas os membros e instituições serão informados. Reforça a importância do grupo ser um ambiente de amplas discussões e sugestões sobre o tema e também de levantamento de críticas, por esse motivo não existe um plano já pronto e fechado para que o grupo construa junto. A primeira ideia sugerida para trabalhar Furnas será apresentada pela Liliane do Instituto Mundi levando em consideração a PEC para criação de um plano de desenvolvimento para a região. A outra proposta é trazer uma referência um benchmarking com o professor Akis que trabalhou no mediterrâneo, na Grécia, para que possamos ouvir a região e pensar na captação de recursos via governo federal, estadual, emendas, Lei de incentivo e outras fontes. Temos uma linha mestra para seguir mas a construção é conjunta.

Maria Elisa pede a palavra e parabeniza a iniciativa do grupo e faz breve histórico de onde chegamos se o grupo não tivesse uma interlocução ativa, proativa e firme com relação ao potencial turístico do Lago. O movimento Pró Furnas 762 foi o primeiro que realmente levou à frente a luta. Agradeceu também a formação desse grupo e coloca sua ansiedade no caminhar dos trabalhos e a importância da secretaria para o tombamento dos Lagos de Furnas e Peixoto. Marina pontua sobre a importância de compartilhamento das informações do que vem acontecendo entre uma reunião e outra para atualizar o grupo e avançar nas discussões.

Pelo chat o representante do CT Montanhas Cafeeiras de Minas sugere a pauta: Manter o nível dos dois reservatórios; Preservar as nascentes que os abastece; Proibir as cidades de jogar esgoto nos lagos; Controlar a captação de água por essas cidades; Cobrar de Furnas sua licença ambiental para funcionamento da produção de energia (impactos).

Ainda no chat Nilton Cesar esclarece que o grupo Todos Por Furnas e Peixoto, tiveram acesso a um estudo Técnico de um Perito Ambiental que ressalta a necessidade de se fazer um maior controle e conscientização sobre racionamento e uso da água para consumo humano, refletindo diretamente no nível dos lagos e da qualidade da água dos reservatórios da região do Rio Grande

A subsecretária segue com a pauta passando a palavra para o deputado professor Cleiton apresentar a PEC, na sequência a apresentação do Instituto Mundi e proceder aos comentários das entidades de governo. Professor Cleiton cumprimenta os presentes e em especial à Marina

e ao secretário Leônidas pela iniciativa da defesa de Furnas, e desdobramento da luta e defesa do setor de turismo, comenta sobre a possibilidade desta comissão de turismo e gastronomia se tornar comissão permanente tendo em vista os impactos sofridos pelo setor e sua importância, além dos trabalhos em parceria com a Secult. Fala na possibilidade de contrariarmos as tendências para o setor e na capacidade do projeto Minas pra Minas de levar os mineiros a visitar seu estado e os Cânions de Furnas que é uma das maiores riquezas. Temos a possibilidade de explorar o turismo náutico no Lago e atingirmos a chamada cota mínima. 43 min

Mas precisamente no dia 14/05/2019 – Fausto, Thais, Maria Elisa e priminho acompanharam. Tivemos a primeira audiência na casa graças ao trabalho investigativo dr Paulo Coelho da cidade de Formiga tivemos conhecimento que nossas águas estavam sendo desviadas para outros fins que não era o uso múltiplo das águas e muito menos a geração de energia que era exatamente o abastecimento da hidrovía Tietê-Paraná o que sempre foi negado pelas agências reguladoras até chegar um ponto que não puderam mais negar. 47 min

Até que então toda mobilização da sociedade civil, de empresários, de associações e de pessoas apaixonadas pelo Lago de Furnas. O secretário Leônidas pede a palavra e traz uma informação que corrobora com a explanação do Deputado prof. Cleiton diz que no dia da reunião com a ANA e com ministro quando passaram os gráficos do reservatório da hidrovía ele apresentava 54% e é o maior reservatório do sistema. Para esclarecer , 48 min prof esclarece que no dia 5/12/2019 o senador Anastasia enviou ofício perguntando ao presidente de Furnas à época porque a dificuldade de manter a cota mínima dos lagos de Furnas e Peixoto e ele apresenta uma serie de motivos para não manter a cota minima, passando pela questão ambiental até e de produção de energia e deixa claro a impossibilidade de manter a navegabilidade da hidrovía nos períodos de seca. Fala do respeito pelos estados do Paraná e Mato Grosso, mas que é preciso defender os interesses de Minas. Foram muitos investimentos na região e prejuízos em decorrência da baixa das águas. O professor aborda uma jurisprudência do STF para o tombamento de um riacho em município do Estado de Mato Grosso e que entende que tombamento de patrimônios da união podem ser feitos por leis locais. Era tudo o que precisávamos. Abre-se então uma jurisprudência do STF que leva ao texto da PEC 52 que se transformou na Emenda 106. Algo novo que foi objeto de muitas discussões jurídica na ALMG na CCJ, a própria consultoria dessa casa e provamos ali que era possível realizar o tombamento dos Lagos de Furnas e Peixoto, entendendo nesses termos que tombamento é preservação. Para existir preservação no caso dos lagos é preciso que seja adotado exatamente as cotas mínimas, 762 para o Lago de Furnas e 663 para o Lago do Peixoto. Ou seja, para o lago de Furnas manterem 762 metros acima do nível do mar e para o Lago Peixoto 663 metros acima do nível do mar que é o suficiente para fazer valer o chamado múltiplo uso das águas. A ALMG conseguiu colocar isso na Constituição mineira e os lagos passam a ser considerados como patrimônio do povo de Minas Gerais e como áreas de conservação natural. Esta reunião, portanto, é um marco na história da PEC. Já foi um comunicado pela mesa da ALMG ao governo federal dizendo que a PEC foi aqui promulgada e conseqüentemente o governo federal tem um prazo para fazer com que as cotas sejam cumpridas.

O deputado pontua sobre a importância de pressionar o ministério das Minas e Energia e as agências reguladoras para que as cotas mínimas sejam cumpridas e para isso, bastaria ligar as termoelétricas, e o governo federal necessita fazer um aporte econômico. Esse aporte resolveria o problema de todos os reservatórios do país. O que eles chamam de reservatório para nós é Lago e faz parte da nossa vida e de nosso cotidiano. O Deputado agradece ao Secretário Leônidas e a Subsecretária Marina e faz votos de que juntos iremos recuperar o Lago de Furnas e o turismo na região. O secretário toma a palavra e pontua sobre a paisagem menciona que em conversa com o pessoal da Google disse que 62% das buscas é por turismo de Liberação, de natureza e onde possamos nos sentir livre, ainda coloca que Furnas tem nesse novo momento pos pandemia , o turismo de natureza é a grande matriz do turismo mineiro. A outra notícia é que em reunião com a CVC Corp para organizar pacotes direcionados para Minas comercializar nas 12 empresas da CVC que será lançado em 25/01/2021. Anuncia 3 vôos diretos que sairá de Minas Gerais para Miami, New York e Boston. EUA não precisa mais de visto para vir ao Brasil e temos atrativos competitivos, sobretudo quando iniciar a segunda fase da campanha Minas para o Brasil e depois Minas para o Mundo. Ressalta que a Itapemirim está sondando a BH Airport e possivelmente virá com 30 aeronaves Air Bus 330 para lançamento em 2021. Com esses produtos e a conectividade o secretário pondera que encerramos um ciclo maravilha e agradece ao prof. Cleiton pelas palavras.

O secretário, o Prof. Cleiton e a subsecretária Marina convidam a presidente do IEPHA Michelle Arroyo para falar do tombamento. Ela aponta para a importância de estudo para detalhamento do mérito da proteção e também o detalhamento como consequência do perímetro e diretrizes da proteção que pode ser construído em parceria com a comissão para iniciar o trabalho. É um trabalho amplo onde vamos identificar as regiões do Lago e as características relacionadas tanto ao patrimônio cultural natural que é uma grande potência quanto outros patrimônios que são identidades de cada uma das localidades, trilhas, festas tradicionais, a comida mineira e outras manifestações da cultura alimentar. Cada um desses aspectos será levantado em cada uma das regiões que compõem a estrutura do lago de Furnas para uma proteção no âmbito administrativo que não invalida a proteção já feita através da ALMG, da PEC, mas se soma em relação à gestão da área de forma compartilhada com todos os atores representados nesta reunião. É um trabalho participativo que é encaminhado ao CONEP que é o Conselho Estadual de Patrimônio Cultural presidido pelo secretário Leônidas. O CONEP faz o tombamento administrativo conforme está previsto em lei e indica as diretrizes de proteção da área. A partir destas diretrizes faz-se a gestão compartilhada em relação às necessidades de expansão e de adequação à qualidade da paisagem cultural em relação a equipamentos necessário e segurança e navegabilidade das águas junto à Marinha, também intercessões necessárias junto ANA. Incluir a questão do patrimônio relacionado à paisagem cultural e ao turismo como critérios e diretrizes para conduzir uma gestão compartilhada de toda a região sob esses dois aspectos, Patrimônio e turismo.

A subsecretaria Marina agradece à Michele e passa a palavra ao vereador Priminho para breve comentário e depois para Ludmila da Semad. Ele fala da expansão do turismo religioso no município de Cássia com o santuário de Santa Rita de Cássia, mostra um vídeo em que viaja para Aparecida do norte no intuito de buscar recurso para o santuário, pontua sobre a importância da revisão das outorgas.

Ludmila da Semad sugere que na próxima reunião seja feita uma apresentação do histórico do licenciamento ambiental e pontua o desafio para esse licenciamento e na oportunidade de construção de um grande licenciamento como esse que terá que dialogar com a área que o IEPHA vai pesquisar e com os interesses dos usuários de Furnas, portanto, deve ser muito bem construído para que possa gerar bons frutos e se coloca à disposição. O Secretário comenta que o IEPHA está presente para compreender o cenário e da necessidade de as áreas darem as mãos nessa construção.

Thayse toma a palavra e ressalta que a união das áreas com as bênçãos da Marinha foi o melhor presente de fim de ano. Parabeniza a Secult, ao secretário Leônidas pela criação do grupo e agradece o envolvimento do Iepha e Semad para que todos possam agregar no trabalho do grupo.

A Liliane Ferreira toma a palavra e cumprimenta especialmente o secretário Leônidas e a subsecretária Marina e a todos os presentes, se apresenta como advogada pública da PBH que atualmente assessora o licenciamento ambiental de Belo Horizonte juntamente com a arquiteta Luciana Andrade que forma um grupo que representa o Instituto Mundi, coloca que recebeu a contribuição da Thayse, de Maria Elisa e que todas as contribuições são bem vindas. O início da tratativa foi no intuito de atualizar o plano diretor turístico de Furnas que está obsoleto. O instrumento atual que temos para obtenção de recurso para viabilizar a atualização do plano é a Lei de Incentivo à Cultura – Lei Rouanet, então não se pode conduzir a proposta tratando diretamente do turismo. Começamos a esboçar a proposta tratando de um planejamento estratégico maior para área no intuito de subsidiar a atualização que o turismo precisa e também para o patrimônio.

Inicialmente foi pensada a proposta do Plano Regional da Paisagem Cultural do Lago de Furnas e apresenta o Instituto Mundi que é originária da Associação de Amigos do Museu Histórico Abílio Barreto que é uma Associação da sociedade civil sem fins lucrativos que atua desde 1994 com sede em Belo Horizonte sempre próxima dos projetos da PBH com finalidade de promover iniciativas de relevância pública e social na área cultural, artística, turística e esportiva, educacional, ambiental e ou urbanística com geração de emprego e renda, difusão e transferência de conhecimento, inclusão social, práticas de governança e cidadania em todas as suas manifestações que contribuam para a economia criativa, tecnologia e novas mídias e desenvolvimento socioeconômico local, regional, nacional, internacional colaborando com ações, programas, manutenção e gestão de organizações públicas e ou privadas em suas realizações e ou organização de eventos bem como na captação de recursos financeiros e contribuições de qualquer natureza. A composição é de estrutura organizacional, assembléia geral, diretoria, conselho de administração, conselho fiscal. O instituto foi responsável por projeto como a Virada Cultural de BH pela Lei Rouanet, exposições, prédio anexo do MHAB.

Pontuou sobre a Emenda Constitucional 106 e coloca premissas como pontos positivos para o turismo no Mar de Minas, localização, infra-estrutura oportuna, hospitalidade, diversidade de rotas, gastronomia e cozinha mineira, necessidades básicas do complexo. A proposta tem o objetivo de elaborar o plano regional da paisagem cultura do Lago de Furnas mediante realização de pesquisas, levantamento, diagnóstico e planos de ação visando identificar, mapear, roteirizar, promover e proteger o conjunto dessa região também conhecido como o

Mar de Minas com ênfase na preservação da paisagem consolidada ao longo dos anos e atrelada a história e a cultura das 34 cidades que margeiam o lago de Furnas com definição de rotas temáticas culturais inseridas no contexto do patrimônio material e imaterial e natural aliados ao desenvolvimento das redes de economia criativa locais, tais como as tradições e cultura populares, gastronomia e pesca de sobrevivência e esportiva, turismo rural e náutico dentre outros. Além de impulsionar a movimentação dos setores econômicos bem como agregando proteção, promoção e melhoria na qualidade de vidas nas comunidades consolidando sua identidade cultural mineira.

Objetivo geral é desenvolver um plano da paisagem cultural para a região do lago de Furnas dividido em 34 municípios, distribuídos em 6 IGR's com foco na realização de pesquisa, diagnósticos e planejamento de ações, projetos e eventos para potencialização de sua vocação como o Mar de Minas criando uma identidade ao longo dessa rotas a fim de estimular a identidade local e a visitação promovendo o desenvolvimento de Arranjos produtivos locais, e a movimentação da cadeia produtiva e da economia criativa, resultando num levantamento capaz de constituir um arcabouço de informações sobre o bem cultural assim como subsidiar a elaboração de um eventual dossiê de tombamento do conjunto paisagístico já efetivado pela Emenda Constitucional 106, e ou a revisão do plano diretor turístico do lago de Furnas colaborando para o turismo de paisagem.

1:28 min Para os objetivos específicos e metas a ideia que aborde a valorização dos 34 municípios que margeiam o Lago de Furnas a partir de seu reconhecimento como bem ambiental e elemento essencial para o bem estar e sensação de conforto individual e social, com definição de diretrizes para elaboração de um planejamento estratégico de ordenamento e proteção à paisagem cultural; realização de diagnóstico e definição de polos atrativos culturais designados a partir de atributos e vocações pré-existentes, com proposição de normatização, divulgação e planejamento de novos projetos voltados a potencialização deste exuberante bem em suas formas naturais e antropomórficas, cujo espaço conformado cria uma identidade paisagística única ao longo de suas rotas, reforçando o conceito de “ Mar de Minas”; incentivo à conservação do patrimônio cultural dos 34 municípios que integram a bacia do Lago de Furnas, mediante desenvolvimento de ações culturais educacionais e ambientais que potencializem as redes de economia criativa, promovendo a sustentabilidade local. Definição do mapeamento de rotas tendo por temática o patrimônio natural; o patrimônio ferroviário, arquitetônico, as fazendas (contemplando as fases do café, cana e alambique, o queijo com produção leiteira e laticínios); a cultura alimentar (doces, quitandas, queijos), os povos tradicionais, a cultura do sagrado, industrial, as manifestações artísticas, literatura e artes plásticas, esporte náutico, pesca e ecoturismo, dentre outros; criação de mapas esquemáticos, esboço de projeto de sinalização interpretativa, estímulo ao reconhecimento e sentido de pertencimento; promoção de iniciativas englobando ações de educação patrimonial e ambiental; incentivo à conservação do conjunto paisagístico mediante utilização de seus recursos naturais de forma responsável; realização de pesquisa dos territórios com imóveis tombados e fruição cultural; complementação dos bancos de dados mediante pesquisa e identificação dos bens culturais materiais e imateriais de interesse de preservação. Por fim apresenta o mecanismo do Pronac, lei de incentivo à Cultura – Rouanet, onde se apresenta esta proposta, é submetida à análise de pareceristas da lei e após a aprovação passar para captação de recurso. Liliane ressalta suas relações afetivas com o lugar e reforça o

trabalho do grupo para concretização desse projeto e da potência que é o Lago de Furnas e encerra se colocando à disposição.

A subsecretária agradece a apresentação e abre a palavra para perguntas. O prof. Marcelo de Alfenas toma a fala parabenizando pela proposta e perguntando à Liliane de quando é o plano diretor de Furnas e o que dele foi feito para que tenhamos que desenvolver nova estratégia turística para o entorno do Lago de Furnas. O secretário Leônidas pede licença para responder dizendo que o plano é muito bom, mas não foi executado. A ideia é que se faça um decreto estadual mais estrutura com diretrizes básicas que os municípios possam seguir. Marina pontua que a proposta trazida necessita da participação de várias mãos e das 6 IGR's que compõem o entorno para alinhamento e da revisão do plano.

Marcelo secretário de desenvolvimento econômico toma a palavra agradecendo e enaltecendo a temática se colocando a disposição para o debate. Pergunta especialmente ao dep Cleiton sobre questões jurídicas pelo fato de o lago ser considerado lago artificial. O deputado traz uma análise que parte do entendimento europeu e que permeia o entendimento brasileiro, de lagos artificiais, mas que se tornaram parte do cotidiano e da paisagem e sustentabilidade de determinada região e povo, passa-se o entendimento de que deixou de ser artificial e passa a ser natural. Para os moradores da região deixou de ser reservatório e passou a ser lago.

A Michelle Arroyo toma palavra e reforça que o reconhecimento independe de ser natural ou artificial, o patrimônio cultural é reconhecido quando ganha outro atributo que é a relação social estabelecida com as comunidades que fazem dele, identidade de patrimônio cultural. Exemplifica a Pampulha que também é um lago artificial e detém a proteção como patrimônio municipal, estadual e mundial exatamente por seu atributo. O secretário lembra que o Lago de Furnas foi criado na mesma época por JK. Encerrando as palestras, a do prof. AKis fica para a agenda do mês de janeiro de 2021. Seguindo por sugestão do secretário o ciclo de debates passando a palavra para Clarisse do MTUR.

Clarissa agradece o convite para participar do grupo pela importância do tema e se apresenta como membro da secretaria de atração de investimento parcerias e concessões, especialmente está como coordenadora geral de aproveitamento turístico de ativos de domínio público, isso interfere na parte lacustre, lagos e sabemos que tem uma faixa de domínio público para dar destinação pertinente ao aproveitamento turístico para essas áreas e poder contribuir para regularização dessas atividades. Tem coordenação de mobilidade e conectividade que trabalha com turismo náutico, turismo responsável que entra com produção associada. Clarissa se coloca à disposição para qualquer demanda do grupo ao MTUR. Marina e o secretário agradecem a parceria com o Mtur e se colocam igualmente à disposição.

Comandante Bambace toma a palavra e agradece a participação e cumprimenta os presentes. Reforça a importância dos trabalhos e sobre as atribuições da marinha como provimento de segurança do tráfego aquaviário e segurança da navegação, esse é o principal motivo da participação da marinha no GT. Para empreendimentos que pretendam a construção de píer a marinha é responsável. O secretário argumenta que também deve-se preocupar com a

questão estética do lago a partir da proteção que será atribuída e ressalta que as áreas devem caminhar juntas.

Thayse sugere na oportunidade sobre possível parceria da Marinha no sentido de instruir as prefeituras sobre normas de construção e ocupação das regiões lindeiras ao lago. O Comandante pontua que a marinha pode interferir nas construções na água. O secretário defende que as áreas conversem e abraça a ideia de treinamento aos gestores, IGR's e prefeituras sobre interferência adequada à paisagem. Sugere tema para a próxima reunião.

Do ponto de vista do lepha, Michelle Arroyo, esclarece que o reconhecimento do lago traz luz a importância cultural e turística que a região tem e sugere que o GT trate do lago de dentro pra fora, para traçar quais diretrizes que envolvem áreas de conflito de ocupação do lago, segurança, diretrizes e etc.

Professor Marcelo indaga ao Dep. Cleiton sobre jurisprudência de MG para estabelecer a cota mínima no lago que é de domínio público federal. O Dep. esclarece que a jurisprudência do STF diz que leis locais podem interferir em patrimônio da união desde que esse patrimônio esteja 100% na região e que o desafio é o diálogo com as agências reguladoras. Ou seja, o tombamento por uma lei local de acordo com o STF auxilia o processo, mesmo sendo passível que as cias energéticas entrem em processo, há elementos para sustentar a defesa. E acrescenta que mesmo sem chuva de 5 anos (de acordo com estudos) ainda é possível manter outra cota e indica a seguinte referência <https://direitoambiental.com/stf-reconhece-que-lei-local-pode-tomar-bem-de-propriedade-da-uniao/>.

O secretário Leônidas encerra agradecendo aos presentes, à Subsecretária Marina e reforça a satisfação pelo debate realizado e reitera que o tombamento está previsto na constituição federal e que cria uma situação importante para o processo, sobretudo para Lago porque o Estado poderá intervir de forma mais sólida e embasada. Deve-se levar em conta que uma vez que a cota baixa a paisagem muda, a cultura que se estabeleceu é toda afetada e a forma de vida muda e acredita que o patrimônio histórico seja o elo capaz de estruturarmos ações. Indica a leitura da bibliografia de Dom Belchior que foi bispo diocesano e trata como se deu a construção de Furnas e conta a história das pessoas naquele processo e essa leitura pode trazer muitas contribuições para os trabalhos do grupo. <https://www.estantevirtual.com.br/livros/belchior-neto/o-louco-de-furnas/3656774451>

Marina inclui os encaminhamentos no chat para a próxima reunião quais sejam: alteração da apresentação do Prof. Akis para janeiro; apresentação da SEMAD referente ao licenciamento ambiental; alinhamento entre as instâncias para licenciamento de ações, especialmente, nas ocupações para fomento ao turismo náutico. Núcleo específico deste tema dentro do grupo grande com a participação de outras entidades, à exemplo das prefeituras; Consolidação e compartilhamento dos contatos de todos os membros e entidades participantes do GT de Furnas; solicitação de pauta, favor enviar email para subturismo@secult.mg.gov.br até 10 de janeiro de 2021. Próxima reunião, previamente marcada para 20 de janeiro de 2021 no mesmo horário. Não havendo mais colocações e ponderações, a Subsecretária Marina Simião agradece a presença de todos e encerra a 1ª reunião do Grupo de Trabalho do Lago de Furnas às 12:49 horas.

